



**PARECER PRÉVIO Nº 43/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11497/2016.**

**Aposos:** Processo nº 11852/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Tabatinga

**4- Exercício:** 2015

**5- Responsável:** Raimundo Carvalho Caldas (Prefeito Municipal)

**6- Advogado:** Jameson Damasceno Pinheiro de Menezes - OAB/AM nº 3339

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 192/2018-DMP, Dr. Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Tabatinga. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas** da Prefeitura Municipal de Tabatinga, no exercício de 2015, de responsabilidade do Sr. Raimundo Carvalho Caldas.

**11- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 23 de Outubro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 43/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro Relator

**JULIO CABRAL**

Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**

Conselheiro-Convocado

**JOAO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral



**ACÓRDÃO Nº 43/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 11497/2016.**

**Apensos:** Processo nº 11852/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Tabatinga

**4- Exercício:** 2015

**5- Responsável:** Raimundo Carvalho Caldas (Ordenador de Despesa)

**6- Advogado:** Jameson Damasceno Pinheiro de Menezes - OAB/AM nº 3339

**7- Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 192/2018-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro,

**9- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Tabatinga.

Ofício. Irregularidade. Alcance. Multa.  
Determinação. Notificação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, , nos termos do voto do Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Oficial** a Câmara Municipal de Tabatinga, DETERMINANDO o cumprimento do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, atentando-se especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas da Prefeitura Municipal de Tabatinga, contados da publicação no DOE do presente Parecer Prévio, sob pena da consequência de sobrestamento da deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.
- 10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Raimundo Carvalho Caldas**, ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de Tabatinga, no curso do exercício financeiro de 2015 conforme o art. 22, inciso III, alínea “a”, “b” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE), considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas nos autos.
- 10.3. Considerar em Alcance** o Sr. **Raimundo Carvalho Caldas** no valor de **R\$ 1.598.102,46** (hum milhão, quinhentos e noventa e oito mil, cento e dois reais e quarenta e seis centavos), que devem ser recolhidos na



**ACÓRDÃO Nº 43/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tabatinga, pelos danos causados ao erário, individualizados e fundamentadas conforme preceitua o art. 305 da Resolução nº 04/2002, da seguinte forma:

- 10.3.1. R\$ 557.885,30 (quinhentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos), nos termos do art. 304, III e IV da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, correspondente ao valor constante no item 16.8 do Relatório/Voto;
- 10.3.2. R\$ 5.663,69 (cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta reais e sessenta e nove centavos), nos termos do art. 304, III e VI da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, correspondente à impropriedade constante no item 16.12 do Relatório/Voto;
- 10.3.3. R\$ 15.303,40 (quinze mil, trezentos e três mil reais e quarenta centavos), nos termos do art. 304, I da Resolução nº 04/2002- TCE/AM, correspondente à impropriedade constante no item 16.24 do Relatório/Voto;
- 10.3.4. R\$ 200,54 (duzentos reais e cinquenta e quatro centavos), nos termos do art. 304, I da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, correspondente à impropriedade constante no item 16.26 do Relatório/Voto;
- 10.3.5. R\$ 200,54 (duzentos reais e cinquenta e quatro centavos), nos termos do art. 304, I da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, correspondente à impropriedade constante no item 16.26 do Relatório/Voto;
- 10.3.6. R\$ 7.110,00 (um mil, cento e dez reais), nos termos do art. 304, I da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, correspondente à impropriedade constante no item 16.34 do Relatório/Voto;
- 10.3.7. R\$ 531.446,63 (quinhentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos), nos termos do art. 304, III da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, correspondente à impropriedade constante no item 18.8 do Relatório/Voto;
- 10.3.8. R\$ 340.962,30 (trezentos e quarenta mil, novecentos e sessenta e dois reais e trinta centavos), nos termos do art. 304, III da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, correspondente à impropriedade constante no item 19.1 do Relatório/Voto;

- 10.4. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária a Sra. Estely Mato da Rocha Ferreira, no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tabatinga, nos termos do art. 304, I da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, c/c art. 22, §2º, “b” da Lei nº**



**ACÓRDÃO Nº 43/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

2423/1996, correspondente à impropriedade constante no item 16.27 do Relatório/Voto.

- 10.5. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária a Empresa D. P. Sabino no valor de R\$ 12.025,00 (doze mil e vinte e cinco reais),** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tabatinga, nos termos do art. 304, I da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, c/c art. 22, §2º, “b” da Lei nº 2423/1996, referente materiais contratados sem a comprovação de recebimento, correspondente à impropriedade constante no item 19.1 do Relatório/Voto.
- 10.6. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária a Empresa Maria Mendes de Souza - Me (rumos Consultoria, Serviços e Comércio) no valor de R\$ 531.446,63 (quinhentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos),** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tabatinga, nos termos do art. 304, III c/c art. 22, §2º, “b” da Lei nº 2423/1996 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, correspondente à impropriedade constante no item 18.8 do Relatório/Voto;
- 10.7. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária à Empresa Kpk Construções Ltda no valor de R\$ 200,54 (duzentos reais),** que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tabatinga, nos termos do art. 304, I c/c art. 22, §2º, “b” da Lei nº 2423/1996 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, correspondente à impropriedade constante no item 16.26 do Relatório/Voto;
- 10.8. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Carvalho Caldas, no valor de R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos),** que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias, para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, II da Resolução n. 04/2002, **por cada mês de atraso da remessa dos balancetes, ou seja, 12x R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos).**
- Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a” , da Lei



**ACÓRDÃO Nº 43/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.9. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Carvalho Caldas** no valor de **R\$ 43.841,28 (quarenta e tres mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos)**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias ,para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fundamento no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, em face das impropriedades dispostas nos **itens 16.1, 16.5, 16.7, 16.8, 16.9, 16.10, 16.11, 16.12, 16.13, 16.14, 16.15, 16.16, 16.18, 16.20, 16.21, 16.25, 16.28, 16.29, 16.30, 16.31, 16.32, 16.36, 16.37, 16.38, 16.39, 16.40, 16.41, 16.42, 16.43, 16.44, 16.45, 16.46, 16.47, 16.48, 16.49, 16.50, 16.51, 16.52, 16.53, 16.54, 16.55, 16.56, 18.2, 18.3, 18.4, 18.5, 18.6, 18.7, 18.9, 18.10, 18.11, 18.12, 18.13** do Relatório Voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.10. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Carvalho Caldas** no valor de **R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, com fundamento no art. 54, III da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, V", da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, em face do disposto nos itens **16.24, 16.26, 16.27, 16.34, 18.8 e 19.1** do Relatório/Voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.





**ACÓRDÃO Nº 43/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.11. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno - SEPLENO:**

- 10.11.1. Após expirado o prazo, e não apresentado nenhum recurso com efeito suspensivo, ou não recolhido os valores de alcance e multa, o encaminhamento ao setor responsável do TCE/AM para que proceda à execução deste título (art. 71, §3º, CRFB/88), encaminhando-se, se for o caso, as peças necessárias à execução judicial ao Município de Tabatinga e a Cobrança Executiva, nos termos regimentais;
- 10.11.2. Dê ciência ao Conselho Regional de Contabilidade em desfavor dos responsáveis pela Contabilidade do Poder Executivo de Tabatinga nos exercícios de 2014 e 2015, os senhores Abílio José Soares Marques (CRC N.º AM0010341/O) e Gilberto Macedo da Silva (CRC AM-008988/O-2), em face das graves inconsistências contábeis demonstradas nas Restrições nº 06, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 26 e 42, do Relatório Conclusivo nº 99/2016-DICAMI, enviando cópia do mesmo para, querendo, tomar as medidas que entender cabíveis;
- 10.11.3. Dê ciência à Secretaria Estadual da Fazenda – SEFAZ/AM – sobre a informação de possível irregularidade demonstrada na Restrição n.º 32, do Relatório Conclusivo nº 99/2016-DICAMI, enviando cópia do mesmo para, querendo, tomar as medidas que entender cabíveis;
- 10.11.4. Encaminhe ao Ministério Público do Estado do Amazonas, as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei.

**10.12. Determinar à Prefeitura Municipal de Tabatinga que:**

- 10.12.1. Encaminhe as contas ao Poder Legislativo no prazo e forma estabelecido no art. 9º da Lei complementar n.º 06/91;
- 10.12.2. Remeta de imediato as contas anuais do exercício de 2015 à União, em atenção ao disposto no art. 51, § 1º da LRF e na forma regulamentada pela STN;
- 10.12.3. Publique imediatamente os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial do exercício de 2015, em atenção ao disposto no art. 9º da LC n.º 06/91 e aos princípios da publicidade e da transparência;
- 10.12.4. Faça publicar imediatamente as leis que aprovam o PPA 2014-2017, a Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2015, bem como as respectivas leis do exercício de



**ACÓRDÃO Nº 43/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

2016, se assim não o tiver feito, em homenagem aos princípios da publicidade e da transparência;

- 10.12.5. Observe o limite constitucional dos repasses do duodécimo ao Poder Legislativo (art. 29-A, § 2º, I da CF/88), pois no ano de 2015 o limite foi ultrapassado, conforme demonstrado na instrução, consubstanciado pelos demonstrativos contábeis integrantes do Balanço Geral 2015 do Poder Executivo de Tabatinga;
- 10.12.6. Observe atentamente a entrega de toda documentação pertinente à prestação de contas anuais no âmbito deste Tribunal, nos termos da Resolução TCE n.º 27/2013;
- 10.12.7. Observe atentamente os prazos e formas de remessa informatizadas das prestações de contas mensais, via sistema e-Contas;
- 10.12.8. Apresente já no próximo exercício a documentação exigida nos prazos e forma do art. 2º da Resolução TCE n.º 11/2012;
- 10.12.9. Providencie a regularização das graves impropriedades contábeis levantas, quais sejam: a. Ausência de registros da depreciação acumulada no exercício; b. Ausência de registros das reavaliações do ativo imobilizado; c. Ausências de Notas explicativas das demonstrações contábeis; d. Balanços Orçamentário, Patrimonial e Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstração do Fluxo de Caixa fora dos padrões estabelecido no MCASP, notadamente quanto a ausência da coluna que indica os saldos do exercício anterior e supressão de diversas contas, isto é, as classes de contas apresentadas constituem informações demasiadamente sintéticas; e. Ausência do Quadro do superávit/déficit financeiro (anexo ao Balanço Patrimonial) estabelecido pelo MCASP; f. Ausência do (1) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, (2) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, (3) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e do (4) Quadro de Juros e Encargos da Dívida, que compõem a Demonstração de Fluxo de Caixa, conforme MCASP-6ª edição; g. Ausência de elaboração do cronograma para implementação do Novo Padrão da Contabilidade Pública, na forma do Anexo Único da Resolução TCE n. 03/2013;
- 10.12.10. Providencie imediatamente a consolidação das contas do município, dando a devida publicidade, e encaminhando cópia aos poderes executivos do Estado e da União;
- 10.12.11. Providencie imediatamente a regularização das graves inconsistências demonstradas na análise dos itens de Restrição n.ºs 09, 10, 12, 14 e 26 do Relatório Conclusivo nº 99/2016-DICAMI;
- 10.12.12. Determinar à origem que proceda a correção dos lançamentos





**ACÓRDÃO Nº 43/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

contábeis das disponibilidades do órgão, de modo a lançar nas contas contábeis de investimentos de curto prazo do PCASP as aplicações bancárias desta categoria, fazendo constar a correção já no exercício de 2016;

- 10.12.13. Tome as medidas necessárias a melhorar os controles internos relativos ao controle de bens patrimoniais e de almoxarifado, independentemente, de aquisição ou não de software para essa finalidade;
- 10.12.14. Promova a evidenciação da participação do município no consórcio ASAVIDA em suas demonstrações contábeis, conforme determinação da Portaria STN n. 860/2005 c/c Portaria SOF/STN n. 163/2001 c/c art. 50, III, da LRF;
- 10.12.15. Observe rigorosamente o princípio da publicidade, especialmente no que diz respeito aos prazos para publicidade estabelecidos na Lei de Licitações e Contratos.

**10.13. Determinar ao Controle Interno de Tabatinga que:**

- 10.13.1. Elabore manual de procedimentos (rotinas) de Controle Interno a fim de diminuir os riscos e irregularidades, além de contribuir para que os objetivos gerais do órgão sejam alcançados, nos termos do art. 74, inciso II e IV, da CR/88 c/c art. 43, incisos II e IV, da Lei 2.423/96 (LO-TCE/AM);
- 10.13.2. Acompanhe as providências adotadas pela Prefeitura Municipal de Tabatinga, face às impropriedades não sanadas no voto e apoie o controle externo no exercício de sua missão institucional, nos termos do art. 74, inciso IV, da CR/88 c/c art. 43, incisos IV, da Lei 2.423/96 (LO-TCE/AM).

**10.14. Determinar à próxima Comissão de Inspeção do Município de Tabatinga, que verifique o cumprimento das determinações realizadas no Relatório/Voto e neste Acórdão.**

**10.15. Notificar o Sr. Raimundo Carvalho Caldas e todos os demais interessados, com cópia do Relatório/Voto, manifestações conclusivas da DICAMI e DICOP, Parecer do Ministério Público, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.**

**11- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 23 de Outubro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e



**ACÓRDÃO Nº 43/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 43/2018 – TCE – Tribunal Pleno)**

Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral